

Quarta-Feira, 18 de Março de 2026

Com projeto do Estado, turismo da pesca esportiva poderá mais que dobrar em Mato Grosso

Transporte Zero

REDAÇÃO

O projeto de lei do “transporte zero”, proposto pelo Governo de Mato Grosso, se aprovado poderá mais do que dobrar o turismo da pesca esportiva no estado, com atração de milhares de turistas e geração de empregos.

A perspectiva é do secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, César Miranda. A proposta prevê que no período de cinco anos, a começar em 1º de janeiro de 2024, o transporte, armazenamento e comercialização do pescado fiquem proibidos em todos os rios de Mato Grosso.

Durante esse período será permitida a modalidade pesque e solte, assim como a pesca de subsistência.

César Miranda lembrou que, nos últimos anos, o número de turistas que vinham a Mato Grosso fazer pesca esportiva começou a diminuir drasticamente por conta da falta de peixes nos rios, reflexo da pesca predatória.

“Esses turistas começaram a migrar para o Amazonas e para a Argentina. Perdemos grande parte dessa fatia do turismo da pesca esportiva para esses dois lugares, porque lá tem peixe e aqui ou não tem peixe ou não tem na medida que eles procuram. Então muitos hotéis e pousadas passaram a atuar com menos lotação ou até fecharam. Houve uma desaceleração de todo o segmento”, explicou.

Para o secretário, o projeto do transporte zero é fundamental para que os rios voltem a ser povoados pelos peixes e, assim, a pesca esportiva possa ser retomada com força em Mato Grosso.

“O projeto não proíbe a pesca. Quem quiser pescar, poderá pescar e comer o peixe na beira do rio. Agora, com a proibição do transporte, em um ou dois anos veremos os rios com muito peixe novamente e aumentaremos o volume de turistas querendo vir a Mato Grosso. Podemos dobrar esse número de turistas e retomarmos com força o turismo de pesca, que tem potencial para ser um dos principais segmentos econômicos no estado”, completou.

Auxílio aos pescadores

No caso dos pescadores artesanais, o projeto do Governo estabelece o pagamento de auxílio financeiro por três anos. O profissional receberá qualificação em programas da Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania para o turismo ecológico e pesqueiro e de produção sustentável da aquicultura.

A medida foi necessária em razão da redução dos estoques pesqueiros em rios do Estado, colocando em risco várias espécies nativas de Mato Grosso e estados vizinhos. Além da preservação das espécies e combate à pesca predatória, o objetivo do projeto também é fomentar o turismo no Estado e garantir emprego e renda para as famílias.

O projeto será apreciado pelos deputados estaduais, na próxima sessão.